## LEI MUNICIPAL N°2016/2021, de 10 de novembro de 2021.

**Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.**

**Alvaro José Giacobbo**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Doutor Ricardo, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art.66 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2022, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração municipal; II - a organização e estrutura do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas

alterações;

encargos sociais;

1. - as disposições relativas à dívida pública municipal;
2. - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e
3. - as disposições sobre alterações na legislação tributária; VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – **Anexo I**, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

1. das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4o, § 1o, da Lei

Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

1. da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de

2020;

1. das metas fiscais previstas para 2022, 2023 e 2024, comparadas com

as fixadas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021;

1. da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4o, § 2o, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
2. da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4o, § 2o, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
3. da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
4. da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.
5. – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4o, § 3o, da Lei Complementar nº 101/2000.
6. – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.
7. – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário consolidado, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1o A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3o Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta de resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal, ou em decorrência da instabilidade do cenário econômico e fiscal devido aos reflexos do enfrentamento da Pandemia denominada COVID-19.

§ 4o Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5o Nas hipóteses de ajustes da meta de resultado primário, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9o, § 4o, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentária estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei no 2009, de 29/09/2021 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1o, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando- se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6o, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art 54 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

1. - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
2. – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;
3. – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;
4. – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;
5. - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;
6. – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber, ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;
7. - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;
8. - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;
9. - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;
10. - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;
11. - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

conterá:

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e

projeções para o exercício de 2022, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

1. - resumo da política econômica e social do Governo;
2. – memória de cálculo da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.
3. - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2021 e a previsão para o exercício de 2022;
4. - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2022 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;
5. – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar; II - às ações de transporte escolar;

1. - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;
2. – à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;
3. – à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;
4. - ao pagamento de sentenças;
5. - às despesas com publicidade institucional;
6. – às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;
7. – ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 62 desta Lei.

Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 0,50 % (meio por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea “b” do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

§ 2º Além da Reserva de Contingência referida no caput, o Projeto de Lei Orçamentária conterá reservas para o atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares que forem aprovadas nos termos dos arts. 33 a 37 desta Lei.

Art. 11. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria de Fazenda, até 31 de outubro de 2021, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

1. - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;
2. – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
3. – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente -

FMDCA;

1. – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2022.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2021 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês anterior ao prazo de entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

1. - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do **Anexo IV** desta Lei;
2. - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2022, em cada evento de contratação, não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a 10 (dez) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. Deverão ser observados os seguintes requisitos, no caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental:

I - se for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

1. aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
2. redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam- se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

1. – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
2. –das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo;
3. –de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

1. - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;
2. - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;
3. - cronograma de desembolso mensal de despesas.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no

§2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

1. – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
2. - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
3. – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de saúde e educação;
4. - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;
5. - diárias de viagem;
6. - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma

natureza;

1. – despesas com publicidade institucional; VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação

para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

pequeno valor;

1. - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de
2. - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
3. - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias

da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício de 2022, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2023.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da

despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas, no que couber, as regras de restos a pagar definidas na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

* 1. - superávit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos;
  2. - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2022;
  3. – valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou

em tramitação;

recursos.

* 1. – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do §

2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

6 7º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo, até 31 de março de 2022.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2022, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

1. – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;
2. – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;
3. – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

**Parágrafo único.** O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2021, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2021, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Art. 32. Toda e qualquer e emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da

Lei nº 2009/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

1. - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
2. - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;
3. – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;
4. – as emendas que reduzirem em mais de 20% (vinte por cento) o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no **Anexo IV** desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Art. 33. Sem prejuízo do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária atenderá ao disposto nesta lei.

Art. 34. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição.

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que atenda, de forma objetiva, igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º Caso as emendas de que trata esta subseção contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, na forma e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no

§ 1º.

§ 3º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

§ 4º Na ocorrência de situação que determine a limitação de empenhos e movimentação financeira nos termos do art. 20 desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 35. O Projeto de Lei Orçamentária conterá reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, sendo 0,6% (seis décimos por cento) de recursos livres e 0,6% (seis décimos por cento) de recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Liquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número de vereadores com assento da Câmara Municipal.

§ 3º É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou entre bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais do autor que desatender os critérios estabelecidos nesta subseção, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.

Art. 36. Para fins do disposto no § 13 do art. 166 da Constituição, serão considerados impedimentos de ordem técnica quaisquer situações ou eventos de ordem fática ou legal situações que obstam ou suspendem a execução da programação

orçamentária das emendas durante o exercício financeiro de 2022, em consonância com as regras e os princípios que regem a administração pública.

§ 1º Sem prejuízo de outros critérios e procedimentos adicionais que venham a ser estabelecidos em ato do Poder Executivo, são consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica:

* 1. - não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;
  2. – não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;
  3. - desistência expressa do autor da emenda;
  4. - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
  5. – no caso de emendas relativas à aquisição de equipamentos ou execução de obras ou instalações:

1. incompatibilidade do valor proposto com o custo de aquisição dos insumos ou equipamentos ou, no caso de obras, com o cronograma físico financeiro de execução do projeto que permita, no mínimo, a conclusão de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto dos benefícios pela sociedade;
2. ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão responsável, nos casos em que for necessário;
3. a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for

necessária;

1. não comprovação, por parte do órgão ou entidade beneficiada pela

emenda, da capacidade de aportar recursos para manutenção e operação do empreendimento, após a sua conclusão;

* 1. – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei, ou que implique na criação de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, da Lei Complementar nº 101//2000;

VIII – a não indicação, pelo autor, da Reserva de Contingência referida no art. 35 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 2º Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais, até

30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá, em decreto, o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das emendas de que trata esta subseção.

§ 3º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2022 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias das emendas individuais comporão o relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Art. 37. A identificação, controle e acompanhamento da execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta subseção deverão ser viabilizados através de relatórios extraídos do sistema de execução financeira e orçamentária do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os relatórios referidos no caput deste artigo, deverão detalhar, no mínimo, a relação das emendas individuais aprovadas, o autor, a classificação funcional e programática, a ação orçamentária, bem como os respectivos valores aprovados e executados.

Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

§ 1o Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2o As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 39. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação “90 – Aplicações Diretas” e no elemento de despesa “48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas”.

.

Art. 40. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal no 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

* + 1. – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;
    2. - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou
    3. - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 42. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6o, da Lei Federal no 4.320/1964.

Art. 43. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12,

§ 6o, da Lei Federal no 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

1. - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;
2. – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
3. - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
4. - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
5. - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
6. - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal no 13.146/2015;
7. - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal no 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal no 7.404/2010; e
8. - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:
9. se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
10. sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Art. 44. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta lei, a transferência de recursos prevista na Lei Federal no 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

1. – execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;
2. – estar regularmente constituída, assim considerado:
3. cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa;
4. tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
5. – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;
6. – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição
7. – não ter como dirigente pessoa que:
8. seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
9. incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1o, inciso I, da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990;
10. cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
11. tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
12. tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
13. – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria da Administração verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 45. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade; II – área de atuação;

1. – endereço da sede;
2. – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
3. – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 47. As transferências de recursos de que trata esta lei serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública.

Art. 48. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

1. – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
2. - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 49. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Art. 50. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental

específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público; III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais

comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental; II - integrem as cadeias produtivas locais;

1. - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
2. - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Art. 51. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 52. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Art. 53. No exercício de 2022, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições desta lei e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de Setembro de 2021, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2022, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 54. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 04/2021 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 55. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 56. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

1. - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
2. - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
3. – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
4. – prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

1. - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
2. - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
3. - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

1. - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;
2. - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 03 (três) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso impliquem no descumprimento das disposições dos incisos I e II do § 2º desta Lei.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 57. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

1. – as situações de emergência ou de calamidade pública;
2. – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
3. – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 58. As receitas serão estimadas e discriminadas:

1. - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
2. - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2022, especialmente sobre:
3. atualização da planta genérica de valores do Município;
4. revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
5. revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
6. revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer

Natureza;

1. revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter

Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

1. instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
2. revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à

justiça social;

1. revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja

necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

1. demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 59. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 60. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

1. aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
2. cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos

que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

1. - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;
2. – a concessão de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,50% (meio porcento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2022.
3. – os incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 62. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 68 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65 Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 66. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 67. Em conformidade com o artigo 6° da Lei 2009/2021, fica atualizado o anexo de metas do PPA 2022-2025, com a inclusão/alteração das seguintes ações: **Programa: 13 - Habitação e Desenvolvimento Social**

Ação: 2099 - Melhorias Habitacionais R$ 10.000,00

Ação: 1040 - Construção e/ou Reforma de Moradias (Urbana e Rural) R$ 100.000,00

**Programa: 09 - Apoio ao Agricultor Ricardense**

Ação: 1018 - Aquisição de Veículos, Máquinas, Equipamentos e Implementos R$ 250.000,00

Art. 68. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Doutor Ricardo - RS, aos 10 de novembro de 2021.**

## ALVARO JOSÉ GIACOBBO PREFEITO MUNICIPAL

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**TÁUANA UBERTTI**

**SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**Objetivo**

**01 - Ação Legislativa**

Garantir o desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal, viabilizando o cumprimento das suas atribuições constitucionais legais.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2001**

**Manutenção das Atividades do Poder Legislativo**

**01**

**31**

FISICA

1

**1001**

**1002**

Atividade Mantida

**Aquisição de Terreno para Sede Própria**

Terreno Adquirido

**Construção de Sede Própria do Poder Legislativo**

Prédio Público Construído

FINANCEIRA 445.000,00

**01**

**31**

FISICA

1

FINANCEIRA 100.000,00

**01**

**31**

FISICA

35%

FINANCEIRA 150.000,00

**2002**

**Publicidade Legal e Institucional da Câmara Municipal**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento da Câmara Municipal**

**01**

**131**

FISICA

FINANCEIRA

1

45.000,00

**1003 01**

**31**

FISICA

Item Adquirido

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 10.000,00

**SOMA 750.000,00**

**Objetivo**

**02 - Gestão e Manutenção de Serviços**

Produzir bens e serviços típicos de apoio administrativo, ofertados ao próprio Município, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos.

**Nº 2003**

**1011**

**1072**

**2004**

**2005**

**2006**

**2007**

**2009**

**2106**

**2021**

**1078**

**2066**

**2110**

**2111**

**1039**

**AÇÃO**

**Manutenção do Gabinete do Prefeito**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento do Centro Administrativo** Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido **Aparelhamento do Controle Interno** Equipamento Adquirido

**Manutenção das Atividades do Controle Interno**

Atividade Mantida

**Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento**

Atividade Mantida

**Manutenção da Secretaria da Fazenda**

Atividade Mantida

**Manutenção do Centro Administrativo**

Atividade Mantida

**Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito**

Atividade Mantida

**Manutenção do Conselho Mun de Proteção e Defesa Civil**

Atividade Mantida

**Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente**

Atividade Mantida

**Aparelhamento da Secretaria de Agricultura**

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

**Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Assistência Social**

Atividade Mantida

**Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social**

Atividade Mantida

**Capacitação e Treinamento de Servidores da Gestão do SUAS**

Servidor Capacitado

**Estruturação e Aparelhamento da Secretaria de Assistência Social**

Equipamento / Veiculo / Móvel / Sala construída

**FUNÇÃO 04**

**04**

**04**

**04**

**04**

**04**

**04**

**04**

**04**

**20**

**20**

**08**

**08**

**08**

**08**

**SF 122**

**122**

**124**

**124**

**122**

**123**

**122**

**125**

**122**

**122**

**122**

**122**

**125**

**128**

**122**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

1

342.500,00

5

15.000,00

1

5.000,00

1

11.000,00

1

601.000,00

1

394.000,00

1

103.000,00

1

95.000,00

1

3.000,00

1

200.000,00

1

6.000,00

1

183.000,00

1

3.000,00

4

3.000,00

1

5.000,00

**Nº 2068**

**2079**

**2020**

**2031**

**2034**

**1027**

**2049**

**1029**

**2048**

**2108**

**2010**

**2060**

**2008**

**AÇÃO**

**Manutenção das Atividades do Conselho de Habitação**

Atividade Mantida

**Manutenção das Atividades do COMDICA**

Atividade Mantida

**Manutenção da Secretaria de Obras e Trânsito**

Atividade Mantida

**Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Educação**

Atividade Mantida

**Manutenção dos Conselhos da Educação**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento da Secretaria da Educação**

Equipamento Adquirido

**Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento da Secretaria de Saúde**

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido **Manutenção do Conselho Municipal de Saúde** Atividade Mantida

**Capacitação e Treinamento de Servidores para Gestão do SUS**

Atividade Mantida

**Manutenção da Assessoria de Imprensa**

Atividade Mantida

**Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes**

Atividade Mantida

**Manutenção do Conselho Tutelar**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 16**

**08**

**04**

**12**

**12**

**12**

**10**

**10**

**10**

**10**

**04**

**23**

**04**

**SF 125**

**243**

**122**

**122**

**125**

**122**

**122**

**122**

**125**

**128**

**131**

**122**

**243**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

**2022**

1

2.000,00

1

2.000,00

1

122.000,00

1

379.000,00

1

2.000,00

1

5.000,00

1

276.000,00

1

10.000,00

1

2.000,00

1

2.000,00

1

96.000,00

1

80.000,00

1

110.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**3.057.500,00**

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2022 ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

**Programa**

**03 - Iluminação Pública Urbana e Rural**

**Objetivo**

Melhorar a iluminaçao pública, o tráfego e a segurança dos munícipes.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2012**

**Manutenção da Rede de Iluminação Pública**

**15**

**452**

FISICA

1

Atividade Mantida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 214.000,00

**SOMA 214.000,00**

**Objetivo**

**04 - Praças, Parques e Jardins Públicos**

Melhorar o aspecto urbano e paisagístico da cidade. Manter em boas condições de limpeza e conservação os espaços públicos de lazer e recreação para os munícipes e visitantes.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2013**

**Manutenção de Praças, Parques e Jardins Públicos**

**15**

**452**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 45.000,00

**2011**

**Manutenção do Cemitério Público Municipal**

**15**

**452**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 10.000,00

**1006**

**Construção do Pórtico de Acesso à Cidade**

**15**

**452**

FISICA

1

Pórtico Construido

FINANCEIRA 350.000,00

**1007**

**Implantação e Melhoria de Praças, Parques e Jardins Públicos**

**15**

**452**

FISICA 14%

Equipamento Público Implantado/Melhorado

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 50.000,00

**SOMA 455.000,00**

**Objetivo**

**05 - Mais Mobilidade**

Executar ações de melhoria da infraestrutura viária visando a melhoria da mobilidade no meio urbano e rural.

**Nº 2014**

**1008**

**1009**

**1010**

**2019**

**1015**

**1063**

**AÇÃO**

**Manutenção e Sinalização da Malha Viária Urbana**

Atividade Mantida

**Construção de Abrigos em Paradas de Ônibus**

Abrigo Construído

**Prosseguimento da Obra do Caminhódromo**

Obra Construída

**Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas**

Via aberta/prolongada/pavimentada/reformada

**Manutenção, Conservação e Sinalização de Estradas Municipais**

Estrada Mantida

**Reequipamento do Parque de Máquinas**

Equipamento Adquirido

**Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Rurais**

Via Pavimentada

**FUNÇÃO 15**

**15**

**15**

**15**

**26**

**26**

**26**

**SF 451**

**451**

**451**

**451**

**782**

**782**

**782**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

1

25.000,00

1

10.000,00

500mt 250.000,00

3.000m²

330.000,00

180km 1.731.000,00

1

500.000,00

1.300m²

100.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**2.946.000,00**

**Objetivo**

**06 - Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento Básico Urbano e Rural**

Proporcionar serviços de saneamento básico adequado à população. Otimizar o manejo e uso dos recursos hídricos.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2016**

**Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água**

**17**

**512**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 396.000,00

**1012**

**Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água**

**17**

**512**

FISICA

1

Sistema Implantado

FINANCEIRA 80.000,00

**1013**

**Canalização Margens RS 332**

**17**

**512**

FISICA 500mt

Km Canalizado

FINANCEIRA 25.000,00

**2015**

**Manutenção Sistema Esgoto Cloacal e Pluvial**

**17**

**512**

FISICA

1

Sistema Mantido

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 15.000,00

**SOMA 516.000,00**

**Objetivo**

**07 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos**

Melhorar a qualidade dos serviços prestados. Atendimento às exigências ambientais. Atingir índices crescentes de manejo de resíduos sólidos.

**Nº**

**AÇÃO**

**Manutenção do Serviço de Coleta e Destinação Final de Resíduos**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2017 Sólidos**

Atividade Mantida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**17**

**512**

FISICA

1

FINANCEIRA 170.000,00

**SOMA 170.000,00**

**Objetivo**

**08 - Inspeção Sanitária Industrial**

Preservar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor. Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte; Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais.

**Nº**

**AÇÃO**

**Aparelhamento do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**1044 Municipal**

Equipamento Adquirido

**20**

**604**

FISICA

1

FINANCEIRA 6.000,00

**2081**

**Manutenção do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária Municipal**

**20**

**604**

FISICA

1

Serviço Mantido

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 40.000,00

**SOMA**

**46.000,00**

**Objetivo**

**09 - Apoio ao Agricultor Ricardense**

Viabilizar a sustentabilidade das propriedades rurais, proporcionando o bem estar das familias, evitando assim o êxodo rural. Incentivar o associativismo rural. Apoiar as agroindustrias.

**Nº 2022**

**AÇÃO**

**Assistência Técnica e Prestação de Serviços a Produtores**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 20**

**SF 606**

**META**

FISICA FINANCEIRA

**2022**

1

725.000,00

**Manutenção da Lei de Incentivos**

**OE002**

Produtor Auxiliado

**Participação no Progama Troca-Troca de Sementes/RS**

**OE003**

Produtor Atendido

**20 661**

**20 606**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

3

150.000,00

150

60.000,00

**2026**

**Promoção da Sanidade Animal**

Atividade Mantida

**20 608**

FISICA FINANCEIRA

1

143.000,00

**Bonificações em Dinheiro**

**OE005**

Atividade Mantida

**20 691**

FISICA FINANCEIRA

1

25.000,00

**1018**

**1004**

**1068**

**2023**

**Aquisição de Veículos, Máquinas, Equipamentos e Implementos**

Equipamento Adquirido

**Melhoria de Redes de Eletrificação Rural**

Rede Melhorada

**Construção e Aparelhamento da Casa do Mel**

Projeto Implantado

**Recuperação do Solo**

Produtor Atendido

**20 606**

**20 606**

**20 608**

**20 608**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

1

250.000,00

1

150.000,00

1

230.000,00

50

10.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**1.743.000,00**

**Objetivo**

**10 - Desenvolvimento da Indústria e Comércio**

Incentivar, promover e fomentar iniciativas que visem à geração de novos empreendimentos e oportunidades de trabalho e renda, o aumento da competitividade da economia local, a elevação do valor agregado da produção de mercadorias e serviços, e a formação, qualificação e atualização dos empresários locais.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**OE004**

**Campanha Sua Nota Vale Premios**

**23**

**691**

FISICA

1

Campanha Promovida

FINANCEIRA 20.000,00

**OE028**

**Incentivo a Empresas Industriais, Comerciais e de Seviços**

**22**

**661**

FISICA

1

Empresa Incentivada

FINANCEIRA 15.000,00

**OE031**

**Premiação a Consumidores - NOTA FISCAL GAÚCHA**

**23**

**691**

FISICA

1

Campanha Promovida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 6.000,00

**SOMA 41.000,00**

**Objetivo**

**11 - Desenvolvimento da Cultura**

Implementar ações para democratizar o acesso de toda a sociedade aos bens culturais, promovendo a inclusão social e contribuir para a prevenção da violência. Promover a revitalização, conservação, restauro e manutenção do patrimônio histórico-artistico-cultural do município, bem como a construção de novos espaços culturais.

**Nº 1019**

**2024**

**2025**

**2018**

**1020**

**2027**

**2028**

**AÇÃO**

**Aparelhamento do Departamento de Cultura**

Equipamento Adquirido

**Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural**

Atividade Mantida

**Promoção de Eventos Culturais, Tradicionalistas e Cívicos**

Atividade Mantida

**Manutenção de Espaços Culturais**

Entidade Apoiada

**Implantação e Estruturação de Espaços Culturais** Espaço Construido/Implantado/Estruturado **Implementação de Atividades Culturais**

Atividade Mantida

**Manutenção da Biblioteca Publica Municipal**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 13**

**13**

**13**

**13**

**13**

**13**

**13**

**SF 122**

**391**

**392**

**392**

**392**

**392**

**392**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

1

6.000,00

1

5.000,00

1

110.000,00

1

10.000,00

1

650.000,00

1

50.000,00

1

55.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**886.000,00**

**Objetivo**

**12 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**

Criar as condições imprescindíveis para garantir uma educação básica de qualidade; Viabilizar o atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos; Universalizar o ensino fundamental; ampliar a oferta de ensino médio; Garantir atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais; Qualificar a oferta da educação de jovens e adultos; Garantir condições físicas e de segurança para as escolas municipais; Assegurar equipamentos e material didático-pedagógico para as escolas Municipais; Melhorar a gestão dos recursos humanos das escolas Municipais; Qualificar a gestão do sistema municipal de educação.

**Nº 2041**

**2042**

**1022**

**2029**

**1023**

**1024**

**1025**

**1026**

**2030**

**2032**

**2033**

**AÇÃO**

**Capacitação e Treinamento de Profissionais da Educação Básica**

Capacitação Realizada

**Manutenção do Ensino Fundamental**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento do Ensino Fundamental** Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido **Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola** Atividade Mantida

**Reaparelhamento do Ensino Infantil - Pré-Escola** Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido **Reaparelhamento do Ensino Infantil - Creche** Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

**Melhoria do Prédio da EMEF Olavo Bilac**

Escola Melhorada

**Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEI**

Escola Ampliada, Melhorada

**Atendimento Educacional à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais e Altas Habilidades**

Atividade Mantida

**Manutenção da Educação Infantil - Creche**

Atividade Mantida

**Manutenção da Educação de Jovens e Adultos**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**SF 128**

**361**

**361**

**365**

**365**

**365**

**361**

**365**

**367**

**365**

**366**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

2

12.000,00

1

1.055.000,00

3

10.000,00

1

498.000,00

3

10.000,00

5

15.000,00

1

60.000,00

70%

700.000,00

1

5.000,00

1

375.000,00

1

20.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**2.760.000,00**

**Objetivo**

**13 - Habitação e Desenvolvimento Social**

Garantir o atendimento às famílias de menor renda, com a construção/financiamento de moradias, melhoria nas habitações, infra-estrutura, ações educativas de convívio social e de geração de renda. Pretende-se reduzir o numero de familias sem casa própria.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**1040**

**Construção e/ou Reforma de Moradias (Urbana e Rural)**

**16**

**481**

**482**

FISICA

2

Familia Beneficiada

FINANCEIRA 100.000,00

**2099**

**Melhorias Habitacionais**

**16**

**481**

**482**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 10.000,00

**1045**

**Aquisição de Imóveis para Fins Habitacionais**

**16**

**482**

FISICA

1

Imóvel Adquirido

FINANCEIRA 200.000,00

**2067**

**Promoção de Oficinas de Capacitação**

**08**

**244**

FISICA

1

Oficina Ofertada

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 5.000,00

**SOMA 315.000,00**

**Objetivo**

**14 - Assistência ao Educando**

Garantir o cumprimento do art. 208 da Constituição Federal, através da oferta permanente aos educandos de transporte, alimentação, assistência à saúde, uniformes e material didático/escolar.

**Nº 2039**

**2040**

**2043**

**2035**

**2036**

**2037**

**2105**

**2038**

**2044**

**2065**

**2045**

**AÇÃO**

**Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental**

Aluno Assistido

**Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil Pré-Escola**

Aluno Assistido

**Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil-Creche**

Aluno Assistido

**Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil - Pré-Escola**

Aluno Assistido

**Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental**

Aluno Assistido

**Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio**

Aluno Assistido

**Manutenção do Transporte Escolar da Educação de Jovens e Adultos**

Aluno Assistido

**Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior**

Aluno Assistido

**Distribuição de Uniformes e Material Didádico para Ensino Infantil- Creche**

Aluno Assistido

**Distribuição de Uniformes e Material Didádico para Ensino Infantil- Pré Escola**

Aluno Assistido

**Distribuição de Uniformes e Material Didádico para Ensino Fundamental**

Aluno Assistido

**FUNÇÃO 12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**12**

**SF 361**

**365**

**365**

**365**

**361**

**362**

**366**

**364**

**365**

**365**

**361**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

75

50.000,00

37

16.000,00

32

13.000,00

37

47.000,00

75

250.000,00

34

65.000,00

5

2.500,00

20

35.000,00

20

8.000,00

20

8.000,00

50

15.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**509.500,00**

**Objetivo**

**15 - Cidade Segura e Protegida**

Implementar, em parceria com a União e Estado, políticas de segurança pública, prevenindo e reprimindo a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia. Atuar em parceria com órgãos afins, visando qualificar as ações de monitoramento, prevenção e respostas aos desastres, decorrentes de eventos da natureza, produtos perigosos e outros fenômenos ou acontecimentos.

**Nº 2046**

**1075**

**1028**

**2107**

**AÇÃO**

**Manutenção do Posto da Brigada Militar**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento do Posto da Brigada Militar**

Equipamentos adquiridos

**Prosseguimento da Implantação de Sistema de Videomonitoramento**

Percentual Sistema Implantado

**Atendimento à População em Casos de Emergência ou de Calamidade Pública**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 06**

**06**

**06**

**06**

**SF 181**

**181**

**181**

**182**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

**2022**

1

15.000,00

1

5.000,00

35%

45.000,00

1

10.000,00

**Apoio Financeiro a Entidades Mantenedoras**

**OE007**

Entidade Auxiliada

**06 182**

FISICA FINANCEIRA

1

20.000,00

**2047**

**Manutenção do Órgão Municipal de Defesa Civil**

Atividade Mantida

**06 182**

FISICA

FINANCEIRA

1

5.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**100.000,00**

**Objetivo**

**16 - Assistência Farmcêutica à População**

Promover, proteger e recuperar a saúde, tanto individual como coletiva, por meio da aquisição, dispensação e distribuição gratuita de medicamentos e demais produtos profiláticos e terapêuticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**1065**

**Reaparelhamento da Farmácia Pública Municipal**

**10**

**303**

FISICA

1

Unidade Estruturada

FINANCEIRA 6.000,00

**2050**

**Manutenção da Farmácia Publica Municipal**

**10**

**303**

FISICA

1

Atividade Mantida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 275.000,00

**SOMA 281.000,00**

**Objetivo**

**17 - Atenção Primária a Saúde**

Desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades através de ações no âmbito individual e coletivo abrangendo a promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde dos indivíduos.

**Nº 1031**

**2051**

**2109**

**AÇÃO**

**Reaparelhamento da Unidade Básica de Saúde** Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido **Manuteção da Atenção Primária a Saúde** Atividade Mantida

**Capacitação e Treinamento de Servidores para Atenção Primária**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 10**

**10**

**10**

**SF 301**

**301**

**128**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

**2022**

2

110.000,00

1

1.000.000,00

1

4.500,00

**Participação em Consórcio de Saúde-Contrato de Rateio**

**OE008**

Participação Mantida

**Manutenção do Atendimento Ambulatorial e Domicliar da Saúde da**

**10 301**

FISICA FINANCEIRA

FISICA

1

30.500,00

1

**2052**

**2057**

**1048**

**2082**

**1032**

**Familia (ESF)**

Atividade Mantida

**Distribuição de Próteses Dentárias**

Municipe Beneficiado

**Melhoria e Expansão do Espaço Fisico da Unidade Básica de Saúde**

Área Ampliada/Expandida

**Manutenção de Ações Voltadas à Saúde Bucal**

Atividade Mantida

**Material Permanente para ESF**

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

**10 301**

**10 301**

**10 301**

**10 301**

**10 301**

FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

350.000,00

20

90.000,00

70m²

70.000,00

1

120.000,00

1

5.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**1.780.000,00**

**Objetivo**

**18 - Vigilância em Saúde**

Implementar, manter e ampliar as práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e mecanismos adotados para prevenção de doenças através de ações específicas de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental e proteção à saúde do trabalhador.

**Nº 1033**

**1034**

**2053**

**2124**

**2054**

**2055**

**AÇÃO**

**Material Permanente para Vigilância Sanitária**

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

**Material Permanente para Vigilância Epidemiológica**

Equipamento Adquirido

**Manutenção de Ações de Vigilância Sanitária**

Atividade Mantida

**Manutenção das Ações de Enfrentamento ao COVID-19**

Atividade Mantida

**Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental**

Atividade Mantida

**Manutenção da Vigilância da Saúde do Trabalhador**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 10**

**10**

**10**

**10**

**10**

**10**

**SF 304**

**305**

**304**

**305**

**305**

**331**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

1

5.000,00

1

5.000,00

1

25.000,00

1

45.000,00

1

25.000,00

1

5.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**110.000,00**

**Objetivo**

**19 - Serviços de Atenção Especializada em Saúde**

Garantir de forma hierarquizada e regionalizada, o acesso da população aos serviços da atenção secundária à saúde, como apoio diagnóstico e terapêutico, especialidades médicas, diagnose, terapias, atenção hospitalar, bem como atendimentos em regime de urgência e emergência.

**Nº**

**AÇÃO**

**Manutenção de Ações Especializadas de Saúde de Média e Alta Complexidade**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

FISICA

**2056**

**10**

**302**

1

FINANCEIRA

950.000,00

**1035**

**Reaparelhamento da Atenção Especializada a Saúde**

FISICA

**10**

**302**

1

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 260.000,00

**SOMA 1.210.000,00**

**Objetivo**

**20 - Gestão Ambiental**

Desenvolver atividades de planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização, educação ambiental e cadastramento. Tornar mais ágil a emissão de permissões ambientais de competência do órgão municipal. Incentivar o uso racional e responsável dos recursos hídricos.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2058**

**Manutenção das Ações de Fiscalização e Licenciamento Ambiental**

**18**

**542**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 48.000,00

**2059**

**Manutenção das Ações de Preservação do Meio Ambiente**

**18**

**541**

FISICA

1

Atividade Mantida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 10.000,00

**SOMA 58.000,00**

**Objetivo**

**21 - Desenvolvimento do Turismo**

Desenvolver atividades voltadas para a expansão e melhoria dos produtos e serviços turísticos com vistas à ampliação da oferta turística; Aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas no município; Reforçar o potencial turístico priorizando ações de infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra de forma a ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas.

**Nº 2061**

**AÇÃO**

**Qualificação e Promoção do Turismo Local**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 23**

**SF 695**

**META**

FISICA FINANCEIRA

**2022**

1

5.000,00

**Apoio Financeiro a Entidades**

**OE009**

Entidade Apoiada

**23 695**

FISICA FINANCEIRA

1

10.000,00

**1043**

**Melhoria da Infraestrutura dos Atrativos Turísticos**

Infraestrutura Mantida/Conservada/Melhorada

**23 695**

FISICA FINANCEIRA

1

5.000,00

**Apoio Financeiro a Empreendimentos Turísticos**

**OE010**

Empreendimento Apoiado

**23 695**

FISICA FINANCEIRA

1

5.000,00

**1062**

**Material Permanente para Promoção Do Turismo**

Item Adquirido

**23 695**

FISICA

FINANCEIRA

1

10.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**35.000,00**

**Objetivo**

**22 - Promoção do Desporto e Lazer**

Ampliar os meios e práticas do esporte comunitário, nas escolas e em programas sociais. Atrair investimentos privados para o desenvolvimento e massificação da prática desportiva. Democratizar o acesso a atividades físicas. Integrar a comunidade.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**2062**

**Promoção de Eventos Esportivos**

**27**

**812**

FISICA

2

Evento Promovido

FINANCEIRA 30.000,00

**2063**

**Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer**

**27**

**122**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 48.000,00

**2064**

**Manutenção de Espaços Esportivos**

**27**

**812**

FISICA

1

Espaço Mantido

FINANCEIRA 28.000,00

**OE006**

**Apoio Financeiro a Entidades Desportivas**

**27**

**812**

FISICA

1

Entidade Apoiada

FINANCEIRA 10.000,00

**1037**

**Construção e Melhoria de Áreas de Lazer Público**

**27**

**813**

FISICA

1

Área Implantada

FINANCEIRA 220.000,00

**2075**

**Manutenção da Piscina Coberta**

**27**

**812**

FISICA

1

Atividade Mantida

FINANCEIRA 25.000,00

**2083**

**Promoção de Eventos de Integração Comunitária e Homenagens**

**27**

**813**

FISICA

2

Evento Promovido

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 50.000,00

**SOMA 411.000,00**

**Objetivo**

**23 - De Doutor Ricardo para o Mundo**

Ampliar o acesso da população à informação.

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**1067**

**Construção e Melhoria de Pontos de Internet**

**24**

**722**

FISICA

10

Famílias Beneficiadas

FINANCEIRA 50.000,00

**2084**

**Manutenção de Pontos de Internet**

**24**

**722**

FISICA 1

Atividade Mantida

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

FINANCEIRA 2.000,00

**SOMA 52.000,00**

**Nº 2069**

**24 - Proteção Social Básica**

**Objetivo**

Apoiar e fortalecer as famílias e sujeitos em nivel de Proteção Social Básica, garantindo os direitos fundamentais do indivíduo em vulnerabilidade social e o restabelecimento da convivência familiar e comunitária através de um conjunto de serviços e benefícios executados no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

**2070**

**2071**

**2120**

**2072**

**2073**

**1077**

**2074**

**2085**

**1046**

**1041**

**2076**

**2086**

**1042**

**AÇÃO**

**Manutenção da Proteção Social Básica ao Idoso**

Atividade Mantida

**Manutenção da Proteção Social Básica a Pessoa com Deficiência**

Atividade Mantida

**Manutenção da Proteção Social Básica às Crianças e ao Adolescente**

Atividade Mantida

**Promoção de Ações de Enfrentamento ao COVID-19(Proteção Básica)**

Atividade Mantida

**Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

Atividade Mantida

**Manutenção do Acolhimento e Benefícios Eventuais**

Atividade Mantida

**Implantação e Manutenção de Horta e Pomar Comunitários**

Horta/Pomar Implantado

**Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social**

Atividade Mantida

**Manutenção do Centro de Convivência**

Atividade Mantida

**Aparelhamento do Centro de Convivência**

Equipamento / Móvel Adquirido

**Melhoria e Expansão do Espaço Fisico do CRAS**

Área Ampliada

**Manutenção Projetos Com Doação Imposto Renda**

Atividade Mantida

**Manutenção da Proteção Social Básica a Adultos (18 a 59 anos)**

Atividade Mantida

**Reaparelhamento do CRAS**

Equipamento / Móvel / Veículo Adquirido

**FUNÇÃO 08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**SF 241**

**242**

**243**

**244**

**244**

**244**

**244**

**244**

**244**

**244**

**244**

**243**

**244**

**244**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA

FINANCEIRA

**2022**

1

52.000,00

1

16.000,00

1

55.000,00

1

35.000,00

1

35.000,00

1

6.000,00

1

10.000,00

1

61.000,00

1

10.000,00

1

5.000,00

1

50.000,00

1

5.000,00

1

50.000,00

3

10.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**SOMA**

**400.000,00**

**Nº 2077**

**25 - Proteção Social Especial**

**Objetivo**

Executar a política de Proteção Social Especial, através de ações direcionadas a famílias e indivíduos que vivenciaram a violação de direitos, para que superem situações de vulnerabilidade social. Executar ações integradas de enfrentamento à violência infanto- juvenil e ao trabalho infantil.

**2121**

**2078**

**2087**

**2080**

**AÇÃO**

**Manutenção da Proteção Social Especial ao Idoso**

Atividade Mantida

**Promoção de Ações de Enfrentamento ao COVID-19(Atenção Especial)**

Atividade Mantida

**Manutenção da Proteção Social Especial a Pessoa com Deficiência**

Atividade Mantida

**Manutenção da Proteção Social Especial a Mulher**

Atividade Mantida

**Manutenção do Serviço Proteção Especial a Criança e Adolescente**

Atividade Mantida

**FUNÇÃO 08**

**08**

**08**

**08**

**08**

**SF 241**

**242**

**242**

**244**

**243**

**META**

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

FISICA FINANCEIRA

**2022**

1

50.000,00

1

5.000,00

1

2.000,00

1

15.000,00

1

35.000,00

**Apoio a Entidades Assistenciais**

**OE012**

Entidade Beneficiada

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL

**08 243**

FISICA

FINANCEIRA

**SOMA**

1

23.000,00

**130.000,00**

**00 - Encargos Especiais - Ações Não Integrantes do PPA**

**Nº**

**AÇÃO**

**FUNÇÃO SF**

**META**

**2022**

**Amortização da Dívida Pública**

FISICA

**OE013 28 843**

FINANCEIRA 270.000,00

**Contribuição ao PASEP**

FISICA

**OE014 28 846**

FINANCEIRA 161.000,00

**Sentenças Judiciais Transitado em Julgado**

FISICA

**OE015 28 846**

FINANCEIRA 150.000,00

**Devolução de Saldos de Convênios**

FISICA

**OE016 28 845**

FINANCEIRA 3.000,00

1-PROJETO / 2-ATIVIDADE / **OE**-OPERAÇÃO ESPECIAL **SOMA 584.000,00**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2022 PREVISÃO DA RECEITA**

**CATEGORIA**

**DESCRIÇÃO**

VALOR

411130311010100 IRRF ATIVOS/INAT EXEC/IND - PRÓPRIO 205.000,00

411180111010000 IPTU - PRINCIPAL - PRÓPRIO 320.000,00

411180141010000 ITBI - PRINCIPAL - PRÓPRIO 120.000,00

411180231010000 ISS - PRINCIPAL - PROPRIO 152.000,00

411210111010000 TAXAS 195.000,00

411380411000000 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PAVIM E OBRAS COMPL 180.000,00

412400011000000 CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO SERVIÇO ILUMINAÇÃO PÚBLICA 128.000,00

413100211000000 CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITOS 1.000,00

413210011010200 REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS 50.000,00

416100111010000 SERVIÇOS 497.000,00

417180121010000 COTA-PARTE FPM-MENSAL-PRINC-PRÓPRIO 10.600.000,00

417180131010000 COTA-PARTE FPM-1% DEZEMBRO - PRÓPRIO 450.000,00

417180141010000 COTA-PARTE FPM-1% JULHO - PRÓPRIO 425.000,00

417189911010000 TRANSFERENCIA LC 176/2020 COMPENSAÇÃO DA UNIÃO 30.000,00

417180151000000 COTA-PARTE DO ITR 3.500,00

417180261000000 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETR 190.000,00

417180311010000 FNS / ATENÇÃO PRIMÁRIA

417180331010000 FNS / PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAU

417180341010000 FNS / FARMACIA BASICA

551.200,00

55.000,00

32.000,00

417180391000000 FNS / CUSTEIO DE AÇÕES ENFRENTAMENTO COVID 45.000,00

417180411010000 FNAS / PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE M

417180411020000 FNAS / GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO

417180411030000 FNAS / PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

417180411040000 FNAS / GESTÃO DO SUAS

500,00

18.000,00

61.000,00

2.000,00

417180511000000 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

417180531000000 TRANSFERENCIAS DO FNDE PNAE

417180541000000 TRANSFERENCIAS DO FNDE PNATE

70.000,00

20.000,00

10.000,00

417181211050000 FNAS / INC.TEMP.BLC.PRT.SOC.ESP-COVID-19

417181211060000 FNAS / INC.TEMP.BLC.PRT.SOC.BSC-COVID-19

5.000,00

35.000,00

417280111020000 COTA-PARTE DO ICMS-PRINC-POPRIO

417280121010000 COTA-PARTE DO IPVA-PRIN-PRÓPRIO

417280131010000 COTA-PARTE IPI/MUNIC PRINC-PRÓPRIO

417280141000000 COTA-PARTE CIDE - PRINCIPAL

3.400.000,00

330.000,00

50.000,00

2.000,00

417280311010000 FES / FARMÁCIA BÁSICA 37.000,00

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2022 PREVISÃO DA RECEITA**

**CATEGORIA**

417280311030000 FES / SAUDE DA FAMÍLIA

**DESCRIÇÃO**

VALOR 60.000,00

417280311040000 FES / INCENTIVO A ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

417280311050000 FES / PRÓTESES DENTÁRIAS

96.000,00

11.000,00

417281021010000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS TRANSPORTE ESCOLAR - PEATE 40.000,00

417289911020000 TRANSFERENCIA FEAS 7.000,00

417289911010000 COTA-PARTE DAS MULTAS DE TRANSITO - 11.000,00

417400011040000 PATROCINIO FILÓ ITALIANO 2022 15.000,00

417580111000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PRINCIPAL 1.250.000,00

417711000100000 DOAÇÕES EM BENEFICIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2.500,00

419229913020000 PROGRAMA TROCA-TROCA - DÍVIDA ATIVA 2.000,00

419909921010000 INGRESSOS EVENTO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

419909921020000 INGRESSOS EVENTO FILÓ ITALIANO

419909921030000 INGRESSOS EVENTO FESTA DA FAMILIA

10.000,00

17.000,00

17.000,00

421190011010000 OPERAÇÃO DE CRÉDITO - REEQUIPAMENTO PARQUE DE MAQUINAS 500.000,00

423000611010000 CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS - PRINCIPAL 10.000,00

423000613010000 CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS - DATIVA 30.000,00

429900010200000

REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL

5.000,00

241804510100000

MINISTÉRIO DA SAÚDE - VEICULO PARA TRANSPORTE PACIENTES

250.000,00

241810910100000 MINISTÉRIO DESENV REGIONAL - CONSTRUÇÃO PÓRTICO

241810910200000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - IMPLANTAÇÃO CASA DO MEL

241810910300000 MINISTÉRIO EDUCAÇÃO - PAR - AMPLIAÇÃO EMEI

241810910400000 MINISTÉRIO TURISMO - CONSTRUÇÃO CASA DO FILÓ

241810910500000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - PATRULHA AGRICOLA

300.000,00

120.000,00

700.000,00

400.000,00

250.000,00

242899110100000 SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E LAZER - QUADRA DE AREIA 200.000,00

911120111040000 (R)ITR - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - PR (700,00)

911180111010000 (R)IPTU - PRINCIPAL - PRÓPRIO (15.000,00)

9.1.0.0.0.00.0.0.00

1. DEDUÇÃO RECEITA SERVIÇOS

(122.000,00)

917180121040000 (R)COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - (2.120.000,00)

917280111040000 (R)COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - (680.000,00)

917280121040000 (R)COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL - (66.000,00)

917280131040000 (R)COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS -

**TOTAL**

(10.000,00)

**19.560.000,00**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2022**

**Resumo dos Programas**

**Descrição do Programa**

* 1. - Ação Legislativa
  2. - Gestão e Manutenção de Serviços 03 - Iluminação Pública Urbana e Rural 04 - Praças, Parques e Jardins Públicos 05 - Mais Mobilidade

06 - Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento Básico Urbano e Rural 07 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos

08 - Inspeção Sanitária Industrial 09 - Apoio ao Agricultor Ricardense

10 - Desenvolvimento da Indústria e Comércio 11 - Desenvolvimento da Cultura

12 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica 13 - Habitação e Desenvolvimento Social

14 - Assistência ao Educando 15 - Cidade Segura e Protegida

16 - Assistência Farmcêutica à População 17 - Atenção Primária a Saúde

1. - Vigilância em Saúde
2. - Serviços de Atenção Especializada em Saúde 20 - Gestão Ambiental

21 - Desenvolvimento do Turismo 22 - Promoção do Desporto e Lazer

23 - De Doutor Ricardo para o Mundo 24 - Proteção Social Básica

25 - Proteção Social Especial

00 - Encargos Especiais - Ações Não Integrantes do PPA

**2022**

750.000,00

3.057.500,00

214.000,00

455.000,00

2.946.000,00

516.000,00

170.000,00

46.000,00

1.743.000,00

41.000,00

886.000,00

2.760.000,00

315.000,00

509.500,00

100.000,00

281.000,00

1.780.000,00

110.000,00

1.210.000,00

58.000,00

35.000,00

411.000,00

52.000,00

400.000,00

130.000,00

584.000,00

**%**

3,83%

15,63%

1,09%

2,33%

15,06%

2,64%

0,87%

0,24%

8,91%

0,21%

4,53%

14,11%

1,61%

2,60%

0,51%

1,44%

9,10%

0,56%

6,19%

0,30%

0,18%

2,10%

0,27%

2,04%

0,66%

2,99%

**ESTIMATIVA DA DESPESA ==========>**

**19.560.000,00**

**100%**

**ESTIMATIVA DA RECEITA ==========>**

**19.560.000,00**

Município de : Doutor Ricardo

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022

**TABELA 01 - Parâmentos Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas**

**Indicador INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A) VARIAÇÃODO PIB**

**CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTVO**

**PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS**

**Taxa de Juros Selic (Média do Ano) Taxa de Câmbio (Média do Ano)**

**2019**

4,31%

1,10%

1,79%

2,06%

9,41%

5,71%

-5,91%

3,89%

3,89%

-27,15%

6,50%

3,65

**2020**

4,52%

-4,10%

-1,60%

-5,63%

41,34%

5,83%

-3,43%

0,00%

0,00%

218,06%

4,90%

3,94

**2021**

7,00%

4,96%

-18,85%

7,49%

-28,30%

2,12%

2,68%

0,00%

0,00%

-58,58%

6,59%

5,07

**2022**

6,00%

2,27%

-6,22%

1,31%

7,49%

4,55%

-2,22%

7,00%

7,00%

44,11%

6,79%

5,15

**2023**

5,00%

2,44%

-8,89%

1,05%

6,84%

4,17%

-0,99%

5,00%

5,00%

67,87%

6,62%

5,07

**2024**

4,00%

2,44%

-11,32%

3,28%

-4,66%

3,61%

-0,17%

5,00%

5,00%

17,80%

6,52%

5,02

**Município de : Doutor Ricardo**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022**

**Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS**

**ESPECIFICAÇÃO 2022 2022 2022**

**I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentár 19.808.700,00 18.997.444,27 18.710.473,27**

**II - DEDUÇÕES**

Contribuições Previdenciárias do Regime Próp - - -

Compensação Financeira entre Regimes - - -

Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciá - - -

Deduções da Receita Corrente 2.891.700,00 2.712.949,54 2.686.099,12

**III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb 1.626.700,00 1.758.641,83 1.693.003,46**

**IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+I 21.435.400,00 20.756.086,09 20.403.476,73**

**PODER LEGISLATIVO**

Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)

Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 daLRF)

Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)

**2022**

1.286.124,00

1.221.817,80

1.157.511,60

**2023**

1.245.365,17

1.183.096,91

1.120.828,65

**2024**

1.224.208,60

1.162.998,17

1.101.787,74

**Município de : Doutor Ricardo**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022**

**Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2022 a 2024**

**PODER EXECUTIVO**

Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)

Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 daLRF) Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)

**2022**

11.575.116,00

10.996.360,20

10.417.604,40

**2023**

11.208.286,49

10.647.872,17

10.087.457,84

**2024**

11.017.877,44

10.466.983,56

9.916.089,69

**Município de : Doutor Ricardo**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022**

**TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida**

**Exercício**

**2.019**

**Saldo**

**2.020**

**Saldo**

**2.021**

**Reestimativa**

**2.022**

**Previsão (Saldo Médio)**

**2.023**

**Previsão (Saldo Médio)**

**2.024**

**Previsão (Saldo Médio)**

**DÍVIDA CONSOLIDADA (I)**

**Dívida Mobiliária**

**Dívida Contratual (inclusive parcelamentos) Precatórios posteriores a 05-05-2000**

**DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)**

**Disponibilidade da Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados Demais Haveres Financeiros**

**DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)**

**526.182,82**

- 526.182,82

-

**1.096.522,27**

1.208.772,17

183.278,61

71.028,71

**(570.339,45)**

**1.659.995,53**

- 1.659.995,53

-

**1.786.948,31**

2.097.873,86

401.502,93

90.577,38

**(126.952,78)**

**1.908.628,53**

- 1.908.628,53

-

**3.500.400,83**

3.418.185,32

1.646,08

83.861,59

**(1.591.772,30)**

**1.364.935,63**

- 1.364.935,63

-

**2.127.957,14**

2.241.610,45

195.475,87

81.822,56

**(763.021,51)**

**1.644.519,90**

- 1.644.519,90

-

**2.471.768,76**

2.585.889,88

199.541,63

85.420,51

**(827.248,86)**

**1.639.361,35**

- 1.639.361,35

-

**2.700.042,24**

2.748.561,88

132.221,19

83.701,55

**(1.060.680,89)**

**Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida *Valores em R$***

**Operações de Crédito / Pagamentos**

* 1. **- Operações de Crédito**
  2. **Encargos - Exceto RPPS**
  3. **Amortizações - Exceto RPPS**

**2.019**

**Realizado 349.500,00**

**42.230,72**

**209.425,28**

**2.020**

**Realizado 1.236.224,28**

**93.858,03**

**102.411,57**

**2.021**

**Reestimativa**

**- 168.000,00**

**130.000,00**

**2.022**

**Previsão 500.000,00**

**82.902,65**

**175.939,41**

**2.023**

**Previsão**

**- 96.703,34**

**184.736,38**

**2.024**

**Previsão**

**- 97.588,82**

**192.125,83**

**Município de : Doutor Ricardo**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022**

**TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA**

**RECEITAS PRIMÁRIAS**

**2.019**

**Arrecadação**

**2.020**

**Arrecadação**

**2.021**

**Projeção**

**2.022**

**Projeção**

**2.023**

**Projeção**

**2.024**

**Projeção**

**Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias**

13.663.570,07

14.631.286,49

16.697.381,25

16.917.000,00

16.284.494,73

16.024.374,15

(-) Aplicações Financeiras em Geral

13.652,17

11.094,60

40.100,00

50.000,00

25.345,53

30.224,75

(-) Aplicações Financeiras do RPPS - - - - - -

(-) Outras Receitas Financeiras - - - - - -

**(=) Receitas Primárias Correntes (I)**

**13.649.917,90**

**14.620.191,89**

**16.657.281,25**

**16.867.000,00**

**16.259.149,19**

**15.994.149,39**

**Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias**

**1.179.976,88**

**2.114.340,21**

**1.014.000,00**

**2.643.000,00**

**2.670.255,40**

**3.044.412,70**

(-) Operações de Crédito

349.500,00

1.236.224,28

- 500.000,00

500.000,00 -

(-) Amortização de Empréstimos

(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes

20.639,34

-

24.890,54

-

35.000,00

-

40.000,00

-

28.911,28

-

30.251,52

-

(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias

4.175,08

1.800,31

2.500,00

5.000,00

2.489,17

2.723,80

**(=) Receitas Primárias de Capital (II)**

**805.662,46**

**851.425,08**

**976.500,00**

**2.098.000,00**

**2.138.854,95**

**3.011.437,37**

**RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)**

**14.455.580,36**

**15.471.616,97**

**17.633.781,25**

**18.965.000,00**

**18.398.004,15**

**19.005.586,77**

**DESPESAS PRIMÁRIAS**

**Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias**

(-) Juros e Encargos da Dívida

**(=) Despesas Primárias Correntes (IV)**

**2.019**

**Pagamento 12.790.087,48**

42.230,72

**12.747.856,76**

**2.020 2.021**

**Pagamento Pagto Estimado 12.670.166,56 13.238.000,00**

93.858,03 168.000,00

**12.576.308,53 13.070.000,00**

**2.022**

**Projeção 14.872.281,44**

82.902,65

**14.789.378,80**

**2.023**

**Projeção 15.616.237,67**

96.703,34

**15.519.534,33**

**2.024**

**Projeção 16.579.697,35**

97.588,82

**16.482.108,54**

**Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias**

(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos

(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado (-) Aquisição de Títulos de Crédito

(-) Amortização da Dívida

**(=) Despesas Primárias de Capital (V)**

**DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)**

**DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII**

**META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III**

**1.160.536,53**

-

**3.163.151,12**

-

**1.782.000,00**

-

**3.279.788,75**

-

**5.655.563,59**

-

**6.894.550,41**

-

209.425,28

**951.111,25**

**13.698.968,01**

102.411,57

**3.060.739,55**

**15.637.048,08**

130.000,00

**1.652.000,00**

**14.722.000,00**

175.939,41

**3.103.849,35**

**17.893.228,14**

**1.407.929,80**

**19.301.157,95**

**336.157,95**

**-**

184.736,38

**5.470.827,22**

**20.990.361,55**

**2.317.051,13**

**18.673.310,42**

**275.306,27**

**-**

**756.612,35**

**-**

**165.431,11**

**2.911.781,25**

**-**

**-**

192.125,83

**6.702.424,57**

**23.184.533,11**

**4.405.460,91**

**18.779.072,19**

**226.514,57**

**JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)**

**2.019**

**Saldo**

**2.020**

**Saldo**

**2.021**

**Saldo**

**2.022**

**Projeção**

**2.023**

**Projeção**

**2.024**

**Projeção**

4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos

Internos Concedidos – Consolidação - - -

4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos

Internos Concedidos - Inter Ofss – União

4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado

4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos

Internos Concedidos - Inter Ofss – Município

4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos

Externos Concedidos – Consolidação

4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos

Internos Concedidos – Consolidação

4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos

Internos Concedidos - Inter Ofss – União

4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos

Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado

4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos

Internos Concedidos - Inter Ofss – Município

4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos

Externos Concedidos – Consolidação

4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação

4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União

4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado

4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município

4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação

4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação

4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação

**SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)**

-

-

-

-

10.162,52

-

-

-

-

-

-

-

-

- 22.456,28

-

**32.619**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

- 44.846,94

620,13

**45.467**

-

-

-

-

20.122,15

-

-

-

-

-

-

-

-

- 46.073,43

123,11

**66.319**

-

-

-

-

10.780,33

-

-

-

-

-

-

-

-

- 40.358,31

264,57

**51.403**

-

-

-

-

10.982,74

-

-

-

-

-

-

-

-

- 46.656,44

358,18

**57.997**

-

-

-

-

14.872,05

-

-

-

-

-

-

-

-

- 47.255,18

264,83

**62.392**

**JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)**

**2.019**

**Saldo**

**2.020**

**Saldo**

**2.021**

**Saldo**

**2.022**

**Projeção**

**2.023**

**Projeção**

**2.024**

**Projeção**

3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida

Contratual Interna - Consolidação 42.288,50 93.858,03 126.748,52 93.581,87 111.662,57 117.879,63

3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida

Contratual Interna - Inter Ofss - União - - - - - -

3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado

3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município

3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação

3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliaria - Consolidação

3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por

Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação

3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de

Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação

3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União

3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado

3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município

3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação

3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação

3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União

3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado

3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município

3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação

**SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**42.288,50**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**93.858,03**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**126.748,52**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**93.581,87**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**111.662,57**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**117.879,63**

**RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII -**

**746.942,65 -**

**213.822,07**

**2.851.351,42 -**

**378.336,61 -**

**328.971,48**

**171.026,99**

Município de : Doutor Ricardo

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022 ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS EXERCÍO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

**2022 2023 2024**

**Valor Valor % PIB % RCL Valor Valor % PIB % RCL Valor Valor % PIB % RCL**

Receita Total Receitas Primárias (I)

**ESPECIFICAÇÃO**

**Corrente**

**(a)**

19.560.000,00

18.965.000,00

**Constante**

18.452.830,19

17.891.509,43

**(a / PIB) x 100**

**(a / RCL)**

**x 100**

91,25%

88,48%

**Corrente**

**(b)**

18.954.750,13

18.398.004,15

**Constante**

17.030.323,57

16.530.102,56

**(b / PIB) x 100**

**(b / RCL)**

**x 100**

91,32%

88,64%

**Corrente**

**(c)**

19.068.786,84

19.005.586,77

**Constante**

16.473.829,26

16.419.229,70

**(c / PIB) x 100**

**(c / RCL)**

**x 100**

93,46%

93,15%

**Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 11ª Edição do MDF**

Receitas Primárias Correntes

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições

Transferências Correntes

Demais Receitas Primárias Correntes Receitas Primárias de Capital

Despesa Total

Despesas Primárias (II + IIa) Despesas Primárias Correntes

Pessoal e Encargos Sociais

Outras Despesas Correntes (Primárias) Despesas Primárias de Capital

Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias

16.867.000,00

1.152.000,00

128.000,00

15.038.000,00

549.000,00

2.098.000,00

19.560.000,00

19.301.157,95

14.789.378,80

6.582.874,19

8.206.504,61

3.103.849,35

-

15.912.264,15

1.086.792,45

120.754,72

14.186.792,45

517.924,53

1.979.245,28

18.452.830,19

18.208.639,57

13.952.244,15

6.210.258,67

7.741.985,48

2.928.159,76

-

78,69%

5,37%

0,60%

70,15%

2,56%

9,79%

91,25%

90,04%

69,00%

30,71%

38,28%

14,48%

0,00%

16.259.149,19

1.096.376,43

119.309,89

14.562.960,77

480.502,10

2.138.854,95

18.954.750,13

18.673.310,42

15.519.534,33

6.811.800,86

8.707.733,47

5.470.827,22

-

14.608.399,99

985.064,18

107.196,66

13.084.421,18

431.717,97

1.921.702,56

17.030.323,57

16.777.457,70

13.943.876,31

6.120.216,40

7.823.659,90

4.915.388,34

-

78,33%

5,28%

0,57%

70,16%

2,31%

10,30%

91,32%

89,97%

74,77%

32,82%

41,95%

26,36%

0,00%

15.994.149,39

1.101.387,94

123.102,07

14.288.079,18

481.580,21

3.011.437,37

19.068.786,84

18.779.072,19

16.482.108,54

7.128.592,83

9.353.515,71

6.702.424,57

-

13.817.600,90

951.506,62

106.349,84

12.343.699,62

416.044,83

2.601.628,80

16.473.829,26

16.223.540,15

14.239.156,59

6.158.505,11

8.080.651,48

5.790.331,55

-

78,39%

5,40%

0,60%

70,03%

2,36%

14,76%

93,46%

92,04%

80,78%

34,94%

45,84%

32,85%

0,00%

Reserva de Contingência (II-a)

1.407.929,80

1.328.235,66

6,57% - 2.317.051,13

- 2.081.806,95

-11,16% - 4.405.460,91

- 3.805.947,99

-21,59%

Resultado Primário (III) = (I – II)

- 336.157,95

- 317.130,14

-1,57% - 275.306,27

- 247.355,14

-1,33%

226.514,57

195.689,55

1,11%

Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)

Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)

51.403,21

93.581,87

48.493,59

88.284,79

0,24%

0,44%

57.997,36

111.662,57

52.109,04

100.325,76

0,28%

0,54%

62.392,05

117.879,63

53.901,49

101.838,10

0,31%

0,58%

Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))

- 378.336,61

- 356.921,33

-1,77% - 328.971,48

- 295.571,86

-1,58%

171.026,99

147.752,94

0,84%

Dívida Pública Consolidada

1.364.935,63

1.287.675,12

6,37%

1.644.519,90

1.477.556,06

7,92%

1.639.361,35

1.416.270,43

8,03%

Dívida Consolidada Líquida

- 763.021,51

- 719.831,61

-3,56% - 827.248,86

- 743.260,43

-3,99% - 1.060.680,89

- 916.339,15

-5,20%

Receitas Primárias advindas de PPP (VII) Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)

- - 0,00% -

- - 0,00% -

**Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 11ª Edição do MDF**

- - 0,00% -

- 0,00% - -

- 0,00% - -

**Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 11ª Edição do MDF**

- 0,00% - -

0,00%

0,00%

0,00%

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

EXERCÍCIO DE 2022

**AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art.**

I-Metas

II-Metas

Variação

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO

Previstas em

2020 (a)

Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF

% PIB

% RCL

Realizadas em

2020 (b)

Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF

% PIB

% RCL

Valor (c) = (b- a)

%

(c/a) x 100

Receita Total

Receita Primárias (I)

16.761.626,70

15.376.112,28

115,12%

105,60%

16.745.626,70

15.360.012,28

115,01% - 16.000,00

- 16.100,00

105,49%

-0,10%

-0,10%

Despesa Total

Despesa Primárias (II)

Resultado Primário

(I–II)

15.576.864,05

15.380.594,45

- 4.482,17

106,98%

105,63%

-0,03%

15.833.317,68

15.637.048,08

- 277.035,80

108,74%

107,39%

-1,90%

256.453,63

256.453,63

- 272.553,63

1,65%

1,67%

6080,84%

Resultado Nominal

Dívida Pública Consolidada

Dívida Consolidada Líquida

- 87.345,60

1.659.995,53

- 126.952,78

-0,60%

11,40%

-0,87%

- 562.066,57

1.659.995,53

- 126.952,78

-3,86% - 474.720,97

-

11,40%

-

-0,87%

543,50%

0,00%

0,00%

**Valor da Receita Corrente Líquida de 2020**

**R$ 14.560.507**

Município de : Doutor Ricardo

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

EXERCÍCIO DE 2022

**AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)**

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CORRENTES

2019

2020

Variação %

2021

Variação %

2022

Variação %

2023

Variação%

2024

Variação %

Receita Total Receitas Primárias (I) Despesa Total Despesas Primárias (II)

Resultado Primário (I – II) Resultado Nominal

Dívida Pública Consolidada Dívida Consolidada Líquida

14.843.546,95 16.761.626,70

14.213.655,44 15.376.112,28

13.950.624,01 15.576.864,05

13.698.968,01 15.380.594,45

514.687,43 - 4.482,17

87.345,60

1.659.995,53

126.952,78

12,92%

8,18%

11,66%

12,28%

-100,87%

-117,97%

215,48%

-77,74% -

-

-

-

486.108,88

526.182,82

570.339,45

-

-

16.996.789,37 1,40% 19.560.000,00

15.637.046,22 1,70% 18.965.000,00

18.130.917,00 16,40% 19.560.000,00

17.949.607,83 16,70% 19.301.157,95

2.312.561,61 51494,69% - 336.157,95

2.312.561,61 2547,60% - 378.336,61

1.908.628,53 14,98% 1.364.935,63

1.591.772,30 1153,83% - 763.021,51

15,08% 18.954.750,13

21,28% 18.398.004,15

7,88% 18.954.750,13

7,53% 18.673.310,42

-85,46% - 275.306,27

-83,64% - 328.971,48

-28,49% 1.644.519,90

-52,06% - 827.248,86

-3,09% 19.068.786,84 0,60%

-2,99% 19.005.586,77 3,30%

-3,09% 19.068.786,84 0,60%

-3,25% 18.779.072,19 0,57%

-18,10% 226.514,57 -182,28%

-13,05% 171.026,99 -151,99%

20,48% 1.639.361,35 -0,31%

8,42% - 1.060.680,89 28,22%

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

2019

2020

Variação %

2021

Variação %

2022

Variação %

2023

Variação %

2024

Variação %

Receita Total Receitas Primárias (I) Despesa Total Despesas Primárias (II)

Resultado Primário (I – II) Resultado Nominal

Dívida Pública Consolidada Dívida Consolidada Líquida

16.600.488,54 17.934.940,57

15.896.040,55 16.452.440,14

15.601.875,67 16.667.244,53

15.320.432,66 16.457.236,06

575.607,89 - 4.795,92

543.646,67 - 93.459,79

588.463,92 1.776.195,22

637.847,11 135.839,47

8,04%

3,50%

6,83%

7,42%

-100,83% -

-117,19%

201,84%

-78,70%

-

-

-

16.996.789,37 -5,23% 18.452.830,19

15.637.046,22 -4,96% 17.891.509,43

18.130.917,00 8,78% 18.452.830,19

17.949.607,83 9,07% 18.208.639,57

2.312.561,61 48119,33% - 317.130,14

2.312.561,61 2374,39% - 356.921,33

1.908.628,53 7,46% 1.287.675,12

- 1.591.772,30 1071,80% - 719.831,61

8,57% 17.030.323,57

14,42% 16.530.102,56

1,78% 17.030.323,57

1,44% 16.777.457,70

-86,29% - 247.355,14

-84,57% - 295.571,86

-32,53% 1.477.556,06

-54,78% - 743.260,43

-7,71% 16.473.829,26 -3,27%

-7,61% 16.419.229,70 -0,67%

-7,71% 16.473.829,26 -3,27%

-7,86% 16.223.540,15 -3,30%

-22,00% 195.689,55 -179,11%

-17,19% 147.752,94 -149,99%

14,75% 1.416.270,43 -4,15%

3,25% - 916.339,15 23,29%

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

EXERCÍCIO DE 2022

**AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º,** R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio/Capital Reservas

2020

20.633.800,42

% 2019

62,79% 20.159.340,08

0,00%

% 2018

97,70% 18.156.076,80

0,00%

%

90,06%

0,00%

Resultado Acumulado

**TOTAL**

12.226.390,10 37,21% 474.460,34 2,30% 2.003.263,28

32.860.190,52 100,00% 20.633.800,42 100,00% 20.159.340,08

9,94%

100,00%

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio/Capital Reservas

2020

%

2019

%

2018

%

-

-

-

-

-

-

-

-

-

Lucros ou Prejuízos Acumulados

**TOTAL**

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

**CONSOLIDAÇÃO GERAL**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio/Capital Reservas

2020

20.633.800,42

-

% 2019

62,79% 20.159.340,08

0,00% -

% 2018

97,70% 18.156.076,80

0,00% -

%

90,06%

0,00%

Resultado Acumulado

**TOTAL**

12.226.390,10 37,21% 474.460,34 2,30% 2.003.263,28

32.860.190,52 100,00% 20.633.800,42 100,00% 20.159.340,08

9,94%

100,00%

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

EXERCÍCIO DE 2022

**AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)** R$ 1,00

## RECEITAS REALIZADAS 2020 2019 2018

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018 724,19

RECEITAS DE CAPITAL 129.405,00 248.120,00 28.800,00

ALIENAÇÃO DE ATIVOS 129.405,00 248.120,00 28.800,00

Alienação de Bens Móveis 104.405,00 153.120,00 28.800,00

Alienação de Bens Imóveis 25.000,00 95.000,00

Alienação de Bens Intangíveis - - -

Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç 460,32 993,35 106,91

**TOTAL** 129.865,32 249.113,35 29.631,10

**DESPESAS EXECUTADAS**

**2020**

**2019**

**2018**

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.

182.218,68

182.218,68

83.842,79

83.842,79

28.649,07

28.649,07

-

-

64.600,00

-

Regime Geral de Previdência Social

Regime Próprio dos Servidores Públicos

-

64.600,00

**TOTAL**

182.218,68

148.442,79

28.649,07

SALDO FINANCEIRO

**49.299,23**

**101.652,59**

**982,03**

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA EXERCÍCIO DE 2022**

**AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)** R$ 1,00

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

MODALIDADE

SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA

TRIBUTO

2022

2023

2024

COMPENSAÇÃO

DESCONTO PAGTO

IPTU COTA ÚNICA 15.000,00 15.750,00 16.380,00

SERVIÇOS COM MÁQUINAS

BONIFICAÇÃO

122.000,00

128.100,00

133.224,00

RECEITA DEDUTORA

-

TOTAL

137.000,00

-

-

-

-

- 143.850,00

-

-

-

-

- 149.604,00

-

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram calculados a partir dos valores de 2022, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 5,00%

Inflação para 2024: 4,00%

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

## MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EXERCÍCIO DE 2022

**AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°,**

**inciso V)** R$ 1,00

EVENTO **Valor Previsto 2022**

**Aumento Permanente da Receita (1.653.741,16)** Decorrente de Receitas Tributárias 77.488,40 Decorrente de Transferências Correntes (1.731.229,56)

(-) Transferências Constitucionais -

(-) Transferências ao FUNDEB (290.531,92)

**Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)**

Redução Permanente de Despesa (II) Margem Bruta (III) = (I+II)

Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)

**Novas DOCC**

Relativas a Pessoal e Encargos Sociais

**(1.944.273,09)**

-

**(1.944.273,09)**

**(32.655,85)**

325.258,67

Relativas a Outras Despesas Correntes (357.914,52)

**Novas DOCC geradas por PPP**

**Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III- IV)**

-

## SEM MARGEM

Município de : Doutor Ricardo LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS EXERCÍCIO DE 2022

ARF (LRF, art 4o, § 3o) R$ 1,00

## PASSIVOS CONTINGENTES PROVIDÊNCIAS

**Descrição Valor Descrição Valor**

Demandas Judiciais -

Dívidas em Processo de Reconhecimento

Avais e Garantias Concedidas Assunção de Passivos

Assistências Diversas -

Outros Passivos Contingentes

## SUBTOTAL - SUBTOTAL -

**DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS**

**Descrição Valor**

Frustração de Arrecadação

## PROVIDÊNCIAS

**Descrição Valor**

Restituição de Tributos a Maior Discrepância de Projeções: Outros Riscos Fiscais

SUBTOTAL

## TOTAL

- SUBTOTAL -

**- TOTAL -**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022 ANEXO IV**

**RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

# (Art. 45 da LRF)

**EXECUÇÃO % RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2022**

**INÍCIO DA**

**VALOR DO**

**ATÉ EXERC**

**NO A EXECUTAR**

**PROJETOS**

**CONSERVAÇÃO**

**NOVOS**

**IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES**

**EXECUÇÃO**

**PROJETO**

**ANTERIOR - EXERCÍCIO DE**

**EM 2022**

**EM DO PATRIMÔNIO**

**PROJETOS**

Construção de Sede Própria do Poder Legislativo Manutenção da Rede de Iluminação Pública Manutenção de Praças, Parques e Jardins Públicos Construção do Pórtico de Acesso à Cidade

Implantação e Melhoria de Praças, Parques e Jardins Públicos Construção de Abrigos em Paradas de Ônibus Prosseguimento da Obra do Caminhódromo

Manutenção e Sinalização da Malha Viária Urbana

Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Rurais Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água

Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água Manutenção Sistema Esgoto Cloacal e Pluvial Melhoria do Prédio da EMEF Olavo Bilac

Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEI

Melhoria e Expansão do Espaço Fisico da Unidade Básica de Saúde Melhoria e Expansão do Espaço Fisico do CRAS

Construção e Melhoria de Pontos de Internet

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2022

400.000,00

350.000,00

350.000,00

250.000,00

**2020**

70,00%

**2021**

38,00%

14,00%

**EXECUÇÃO**

214.000,00

45.000,00

25.000,00

396.000,00

15.000,00

60.000,00

150.000,00

350.000,00

50.000,00

10.000,00

250.000,00

330.000,00

100.000,00

80.000,00

700.000,00

70.000,00

50.000,00

50.000,00

**Total dos Recursos a Priorizar**

- 755.000,00

2.190.000,00